



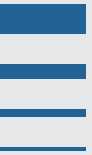
No limite da porta da cozinha: resquícios e lógicas escravistas na contemporaneidade.

Michelle Rosa dos Santos¹

¹Aluna de graduação em sociologia na universidade de Brasília – UnB. Participante do projeto: trabalhadoras invisibilizadas: trabalho, cidadania, saúde, educação e violência, do edital 2011/2012, PROIC/CNPQ/UNB. Orientada por Joaze Bernadino-Costa.

RESUMO: Neste artigo, baseado em dados analisados de 10 entrevistas feitas com trabalhadoras domésticas no Distrito Federal e pesquisa teórica, analisaremos o trabalho doméstico e sua perspectiva escravista. Nosso interesse é perceber quais as semelhanças entre o trabalho doméstico e a função de mucama exercida na época da escravidão. Para essa análise precisamos desdobrar três eixos tidos como transversais ao tema, são eles: gênero, raça e classe.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres negras. Exclusão. Escravidão. Violência. Racismo.



²Por muito tempo na História das trabalhadoras domésticas, o nome empregada foi utilizado para categorizar essa profissão como não-emprego, visto que em vários documentos e leis o trabalho doméstico era tratado como atividade a ser exercida de forma não remunerada. O termo *trabalhadora* será usado neste artigo em respeito a todas as mulheres que lutaram e lutam em favor de que esta profissão se torne regulamentada e mais digna para todas.

³Entende-se por negras as mulheres auto declaradas pretas e pardas.

INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico no Brasil tem sua origem na escravidão, sendo antes exercido por mucamas, escravas separadas para o trabalho na casa grande, e agora pelas trabalhadoras domésticas, tendo diversas lógicas escravistas ainda em voga nos dias de hoje. Chirly dos Santos-Stubbe (SANTOS-STUBBE, 1997, p. 52), em seu artigo *Cultura, cor e etnicidade: A questão da etnicidade entre as empregadas domesticas*², pontua que, após 350 anos de escravidão legalizada no Brasil, ainda hoje, carregamos na nossa estrutura social dezenas de resquícios econômicos, políticos, sociais e étnicos ligados a essa época da nossa história. A partir disto, ela conclui: “Uma dessas relíquias, entre tantas outras, é a atividade hoje legalmente reconhecida e chamada de profissão: trabalho doméstico remunerado.” Partindo-se desse pressuposto histórico, podemos entender o universo do trabalho doméstico no Brasil.

O trabalho doméstico representa a maior categoria de trabalho assalariado feminino do país. Existem sete milhões de trabalhadoras domésticas, sendo esse

trabalho majoritariamente exercido por mulheres negras³. A população total do Distrito Federal é de 2,9 milhões de pessoas, desse número, as trabalhadoras domésticas correspondem a 165 mil, em sua maioria moradoras de periferias, oriundas das regiões Norte e Nordeste. Muitas delas começam no trabalho doméstico ainda na infância, chegando à vida adulta sem outras opções de profissão.

O trabalho doméstico se constitui como a profissão mais desassistida juridicamente e/ou socialmente no País, tendo seus direitos iguais aos trabalhadores celetistas urbanos e rurais, com a Emenda Constitucional nº 72, de 2013, que altera o parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal, no que tange à legislação específica sobre o trabalho doméstico. Este artigo se propõe a analisar o universo das trabalhadoras domésticas negras moradoras do Distrito Federal, que residem ou residiram no local de trabalho, e diagnosticar semelhanças e lógicas entre trabalho doméstico e trabalho escravo, observando o espaço físico e questões de classe, raça e gênero, sendo estes marcadores importantes na análise da herança escravocrata no trabalho doméstico.

MULHER, NEGRA, MUCAMA E TRABALHADORA DOMÉSTICA.

O trabalho doméstico não pode ser analisado somente a partir da esfera do mercado de trabalho. Tanto sua origem, trajeto e dias atuais, são marcados por opressões de gênero, raça e classe. Pensando nesses temas transversais na construção dos entes que constroem o espectro do trabalho doméstico, percebemos que algumas identidades são reafirmadas e outras construídas, a partir dessa configuração de trabalho.

O lugar de subalternidade onde a mulher é colocada ao longo da história da humanidade transforma toda a sua relação com a sociedade contemporânea. Pensando na construção machista e patriarcal a que as mulheres são subjugadas, vemos o mundo do trabalho adotando essa mesma lógica, mesmo as mulheres tendo um maior grau de escolarização, ainda recebem salários inferiores aos homens, como afirma Lima, Rios e França, no texto *Articulando Gênero e Raça: A participação das mulheres negras no mercado de trabalho* (1995-2009).



“ No caso das desigualdades de gênero, embora as mulheres apresentem um melhor desempenho educacional (média de anos de estudos mais elevada, maiores taxas de escolarização em todos os níveis de ensino e uma maior proporção de pessoas com nível Superior concluído), elas ainda enfrentam desafios no que diz respeito aos retornos esperados pelo investimento educacional: seus rendimentos são inferiores aos homens, sua participação nos postos de comando e na condição de proprietárias-empregadoras ainda é restrita.” (LIMA, RIOS, FRANÇA, 2013, p. 54)

No que tange à questão racial, temos um quadro ainda mais negativo para as mulheres negras, que representam a parcela mais espoliada da população brasileira, recebendo ainda menos que as mulheres brancas, e carregando a pobreza como signo desde os tempos da escravidão até os dias de hoje. Percebemos esse panorama quando analisamos os postos de trabalho destinados às mulheres negras e brancas. Lima, Rios e França concluem:

As mulheres que começam a se movimentar para ocupações de nível Superior são

predominantemente brancas, enquanto há uma forte concentração de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico. As mulheres provenientes das classes mais pobres (majoritariamente negras) dirigem-se para os empregos domésticos, de prestação de serviços e também para os ligados à produção na indústria. (LIMA, RIOS, FRANÇA, 2013, p. 56)

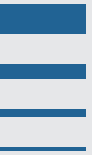
Para reconhecer as subjetividades da mulher negra no trabalho, precisamos entender como se constrói sua identidade de mulher e negra, e quais os principais fatores que marcam a divisão racial e de gênero no mundo do trabalho. O que entendemos por identidade? Kofes pontua acerca desse conceito: “Identidade, muito já se falou, implica um Eu, singular e/ou plural, um NÓS, e um, ou Vários, Outro (s). Uma elaboração sobre os outros, interação, relação, representação. Classificação e organização política...”. (KOFES, 2001, p.107)

A partir do “eu” e “nós” descritos pela autora, podemos entender os conceitos de identidade coletiva e individual. Fica nítido, então, que a categoria de mulher negra deixa de ser somente um marcador social para se tornar um grupo com caracterís-

ticas próprias, necessidades específicas e identidade singular. Sendo assim, podemos dizer que a identidade de mulher negra no trabalho doméstico é construída a partir da correlação entre raça, classe e gênero, sendo impossível a análise dessa trajetória sem a perspectiva da interseccionalidade, como sugere Crenshaw :

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Quando falamos do grupo social “mulher negra”, percebemos que esse já vem marcado por diversas características/preconceitos herdados da própria sociedade, e que sua identidade enquanto grupo também já foi pré-determinada, construída pelos preconceitos de gênero e raça. Esses signos as acompanharam de forma cons-



⁴As mucamas eram obrigadas a manter relações sexuais com seus senhores. O processo de miscigenação do Brasil inicia-se a partir desses estupros.

tante ao longo da vida pessoal e coletiva, incluindo no universo trabalhista.

Um dos primeiros signos da mulher negra no Brasil é a identidade de mucama, presente no período escravocrata. A mucama, mulher negra geralmente jovem, que era responsável por toda ordem de afazeres domésticos na casa grande, cuidava dos filhos dos senhores, entre outros serviços⁴. O nome utilizado para esta função na atualidade é trabalhadora doméstica. A nomenclatura trabalhadora doméstica, mucama ou até mesmo mulata, só se difere a partir do lugar onde essas mulheres negras se localizam na sociedade. É o que vemos na fala de Gonzalez:

“... é por ai também, que se constata que o termo mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas... Constatamos que o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama.” (GONZALEZ, 1980, p. 228)

É notório que não somente a nomenclatura e a função entre essas mulheres negras ao longo da história são semelhantes,

o modo como são tratadas dentro do universo do trabalho, que se refere ao espaço doméstico de famílias com poder aquisitivo, posição social e cor hegemônica ditos superiores a elas. Esse tratamento inferioriza estas mulheres em relação a esses entes, antes senhores de escravos, e agora empregadores. Sobre isso, Gonzalez afirma:

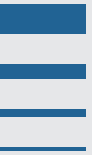
Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas... E é nesse cotidiano que somos vistas como domésticas... Os porteiros dos edifícios obrigam-nas a entrar pela porta de serviço, obedecendo a instruções dos síndicos brancos...É por ai que a gente saca que não dá prá fingir que outra função de mucama tenha sido esquecida. Está aí. (GONZALEZ, 1980, p.230)

Antes, no período escravocrata, ou agora, como trabalhadoras domésticas, o lugar dessas mulheres negras já foi traçado dentro da sociedade brasileira. O lugar de subalternidade, ligado à questão racial dessas mulheres, não se modifica após a

abolição da escravidão, pois já havia sido delimitado pela divisão racial do trabalho, colocando, assim, as trabalhadoras domésticas no mesmo lugar antes destinado às mucamas. Afirmação feita por Santos-Stubbe:

Sem pretender entrar aqui em uma discussão histórica mais profunda, afirmo, entretanto que existe uma ligação direta da atividade da escrava trabalhadora doméstica com o desenvolvimento da atividade da empregada doméstica, como a encontramos de forma estrutural no Brasil atual. (SANTOS-STUBBE, 1997, p.52)

A identidade de mulher negra, mucama e trabalhadora doméstica está intimamente ligada, não só pela função trabalhista exercida por elas, mas, também pelo lugar anteriormente pré-determinado pelos preconceitos de raça, classe e gênero, lugar esse que as coloca no último degrau da escala social. O lugar da trabalhadora doméstica, bem como tudo que advém da sua profissão, antes de sua escolha ou necessidade de exercício da função, já foi determinado pela sua cor e posição social. Como já dito anteriormente por Gonzalez (1980), a trabalha-



dora doméstica é somente a mucama aceita, tolerada neste novo modelo de exploração contemporânea chamado Capitalismo.

O ESPAÇO DA EXCLUSÃO

Após a abolição da escravatura, novos modos de exploração são estruturados no Brasil a partir da lógica Capitalista de organização social. Os negros foram colocados a mercê de sua própria sorte, sem nenhum amparo governamental, para que a sua introdução no modelo de trabalho livre fosse de modo natural. A eles foram destinados os subempregos e toda forma de serviços considerados subalternos, o trabalho que os brancos capitalistas consideram não dignos para si. Sobre isso, Florestan Fernandes, em seu livro *A integração do negro na sociedade de classes*, pontua:

Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o estado, a igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da

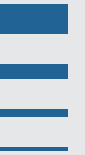
vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quartos de uma economia competitiva. (FERNANDES, 1964, p. 29)

Dentro desta categoria de trabalho explorado, encontramos o trabalho doméstico. No Brasil, o trabalho doméstico nasce na cozinha da casa grande, onde as mucamas se instalavam para melhor atender aos senhores. Na atualidade temos as trabalhadoras domésticas ocupando esse espaço, percebendo uma grande semelhança entre a dependência de empregada e a cozinha das casas grandes, percebemos que essas cozinhas possuem um grande valor simbólico para o estudo que nos propomos a desenvolver, analisando os aspectos físicos e sociais deste espaço. Começaremos analisando do ponto de vista arquitetônico, sobre o qual o trabalho de Lêda Maria Teles de Sousa visa discutir os aspectos mais importantes, no que tange ao espaço destinado às trabalhadoras domésticas na casa de seus patrões. Para isso, a autora usa a ló-

gica arquitetônica e o resgate histórico das senzalas no período escravista do Brasil. Ela coloca: “É um espaço arquitetônico que reproduz, na vigência do capitalismo e sob novas determinações, o espaço excludente da senzala, disciplinando, por sua vez, relações de trabalho com vestígios servis/escravocratas no interior da unidade familiar.” (SOUZA, 1991).

Vemos que, após séculos da dita abolição da escravatura, ainda há indivíduos vivendo esse mesmo regime de forma camuflada, porém, com o mesmo princípio ideológico de exclusão. As trabalhadoras domésticas vivenciam esse tipo de tratamento desde o início da profissão, no período colonial, já com esse espaço selecionado para esse tipo de atividade subalternizada pelas elites dominantes da época. As dependências de empregadas foram planejadas arquitetonicamente da mesma forma que a senzala. Percebemos este aspecto pelas dimensões das dependências de empregadas, a disposição de sua mobília e a ventilação do lugar, todos os itens são produzidos e reproduzidos com péssima qualidade.

No período colonial, começam a apa-



recer as primeiras referências nos jornais da época sobre a dependência de empregada. Usavam-se dezenas de nomes, como quarto de criados, para anunciar casas para alugar e comprar. Dentro da lógica daquele tempo, até os dias de hoje, o imóvel fica valorizado por ter a dependência de empregada. O modelo arquitetônico da exclusão das dependências de empregadas também começa nesse período, colocando o quarto de criados como área externa da casa. Lêda Maria Teles de Sousa resgata alguns anúncios da época para exemplificar esse novo movimento de valorização de imóveis. Veja o anúncio datado de 19 de abril de 1929, em Recife: ALUGA-SE uma ótima casa de estilo moderno, recentemente construída (...) tendo os cômodos: quatro amplas salas, sete quartos, copa, cozinha quarto externo para criados, dois saneamentos (...)

Na visão de uma trabalhadora doméstica da época, o quarto de empregada não passava de uma senzala, pela própria construção do quarto em comparação com o resto da casa da patroa, e também pela lógica de que no quarto de empregada pode-se guardar tudo, desrespeitando o espaço privativo da trabalhadora. Por algum tempo

acreditou-se que esse quarto no quintal daria privacidade ao empregado, porém é percebido que essa separação física nada mais é que a separação social. Esse espaço é somente uma resignificação do espaço de exclusão da senzala. Vejamos o que a autora coloca sobre este novo/velho estilo de senzala:

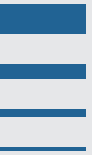
“Esse tipo de quarto teria ainda o agravante de ser espacialmente isolado do restante da habitação, o que nas circunstâncias de insegurança no Recife, face a assaltos, tornava-se local menos adequado ainda é moradia, inclusive podendo abrigar mesmo aquelas empregadas ainda meninas. O seu desamparo neste quarto, sua solidão e isolamento do fundo do quintal, são dados por seus relatos: Era aquele quarto perto da cozinha, sem conforto, então eu, uma criança tinha que dormi do lado de fora, no quintal (...) se acontecesse alguma coisa eles não viam, porque eu estava fora de casa, com a porta fechada e tudo. ” (SOUZA, 1991, p. 24)

No início do século, em meados das décadas de 30 e 40, as dependências de empregadas saem da área externa da casa

e começam a ser alocadas nas áreas de serviço. A expansão dos apartamentos como forma de moradia da Classe Média e Alta, também ganham seu espaço para a trabalhadora. Esse espaço logo se torna indispensável ao *status* de uma família “com condições”, sendo a trabalhadora também indispensável nesse contexto. Apesar de o seu lugar ser agora dentro de casa, o espaço social ainda não faz parte do espaço permitido à trabalhadora, sua exclusão às regiões menos nobres da residência ainda é o eixo central de seu trabalho, considerado subalterno.

As dimensões espaciais da dependência de empregada são traçadas de forma totalmente diferente do resto da casa. Essa forma de construção pouco tem a ver somente com o trabalho do arquiteto, que é um profissional com funções específicas. Está mais relacionada com a posição de classe e as diferenças hierárquicas entre patrão e empregada. Em relação a isso, a autora afirma:

E exatamente no sentido da percepção de uma desigualdade social que a construção desse quarto denuncia que se pode inserir



⁵Entende-se por espaço de socialização todos os lugares frequentados pelas trabalhadoras domésticas, desde suas casas até lugares de diversão e comércio.

⁶O RAP surgiu nos Estados Unidos da América, entre suas comunidades negras, no final do século XX. Seu significado no Brasil é Ritmo, Amor e Poesia. (TELLA, ANDRADE, 1999)

⁷Originário da cidade de São Paulo, existe desde 1989, formado atualmente por Eduardo e Dun-Dum. Ficou conhecido na mídia após a prisão de seus integrantes. Foram presos porque a mídia e o Sistema Judiciário entendeu que suas letras faziam apologia ao crime.

⁸Formado por Denis Preto Realista, Crônica, Gato Preto e DJ Bira, formado no ano 2000, em Hortolândia, São Paulo.

depoimento de empregada: eu acho que isso é uma grande falta de respeito, porque não deveria fazer isso (...) só porque tem uma pouca diferença; só porque eles têm dinheiro e a gente não tem...Aí elas querem fazer a gente como se fosse escrava. Como se tivesse no tempo da escravidão. Há um entendimento de que esse espaço é construído nessas condições precárias, pelo não reconhecimento da empregada como pessoa e trabalhadora. (SOUZA, 1991, p. 31)

A dependência com suas construções já precárias, no estrito sentido físico, vem sendo também usada como depósitos de seus patrões, excluindo assim a trabalhadora do único lugar teoricamente reservado a ela. Sua participação agora é igual à de qualquer outro objeto alocado nesse lugar subalterno da casa. A exclusão continua em locais externos à casa ou apartamento. Isso torna-se perceptível quando se começa a projetar elevadores e entradas de serviço próprias para os trabalhadores dos edifícios.

Tais alterações nas construções mostram, claramente, o processo desumanizador em que a trabalhadora se encaixa

nesse novo contexto arquitetônico e social. A trabalhadora é excluída, então, de todo o contexto social e físico da casa, reduzindo-a a mais uma peça da casa, sem algum convívio social com os patrões ou moradores do prédio onde trabalha. O seu local de dormir torna-se, então, o seu único lugar social dentro da casa dos patrões.

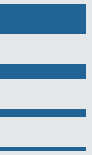
A exclusão do espaço físico não é a única forma de exclusão sofrida por essas trabalhadoras. Os espaços sociais⁵ da trabalhadora doméstica também sofrem com os vários signos associados ao seu trabalho e cor.

Dentro do cenário musical brasileiro, temos o RAP⁶, um estilo musical que retrata de forma categórica a trajetória do povo negro dentro do Brasil, não deixando de fora as trabalhadoras domésticas. Nesse momento de nosso trabalho, utilizaremos o RAP como aporte teórico para compreendermos o pensamento periférico e negro em relação ao trabalho doméstico. Analisaremos alguns trechos de músicas dos grupos Facção Central⁷ e A família⁸. Escolhemos utilizar o Rap na nossa análise por acreditarmos que este ritmo hoje no Brasil é a expressão máxima do pensamento pe-

riférico. Nossa intenção é perceber como a periferia pensa o trabalho doméstico e suas formas de exclusão social.

O grupo A família traz em sua música *Faveláfrica*⁹, a sua visão de como o processo escravista se deu no Brasil e seus vários prejuízos para a população afro-brasileira, responsabilizando os colonizadores e a igreja pelas mazelas do povo negro. O grupo indigna-se com a situação da população de afrodescendentes no que tange à autoestima das mulheres negras e ilustra na frase a seguir, como são vistas essas mulheres no Brasil: “Resultado do pecado, esticado lá na esquina, pro negro, é só chacina. Nos roubaram a autoestima, ter cabelo crespo é vergonha pra menina. Só somos lembrados no pesado ou na faxina... O preto não é aceito, é simplesmente tolerado”.

Percebemos no trecho acima a representação da mulher negra no trabalho doméstico. Os autores expressam nessa música como a mulher negra trabalhadora doméstica é invisibilizada em outros espaços sociais, em detrimento do seu lugar no mercado de trabalho, nos remetendo à ideia de que não só o espaço físico é excluído, mas, também, toda a sociedade para



⁹Música lançada no álbum *Cantando com a alma*, em 2004.

¹⁰Musica escrita por Eduardo, compositor do Facção Central e interpretada por Yzalú, cantora paulista.

essas trabalhadoras domésticas negras. É colocada, também, que a suposta aceitação da sociedade branca em relação ao negro não existe, ele para o branco é somente tolerado, pelo papel que exerce na sociedade, e essa tolerância está ligada somente às funções do negro na sociedade, que são comparadas à escravidão. No próximo trecho, podemos identificar esta afirmação: “A patroa muito boa, falsa como um dragão, escraviza seu João, só gosta da Maria com a vassoura na mão. No tanque lava a roupa, e a barriga no fogão”.

O grupo Facção Central, na música *Mulheres negras*¹⁰, aborda a temática do trabalho doméstico, trazendo perspectiva da não aceitação do processo de escravização moderna pelas trabalhadoras domésticas, colocando que o trabalho doméstico pode ser opressor, mas o pensamento da trabalhadora não deve ser guiado por isso. Entendemos que o grupo tenta fazer um resgate da autoestima da trabalhadora. Veja: “O sistema pode me transformar em empregada, mas não pode me raciocinar como criada”.

Partindo para um posicionamento no campo da legalidade, o grupo formula a

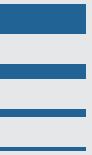
ideia de que as leis no Brasil não protegem as mulheres negras, tampouco propiciam oportunidades para que essas mulheres tenham como norte outros empregos, colocando como única alternativa os serviços subalternos. O trecho a seguir explicita essa ideia: “Não existe Lei Maria da Penha que nos proteja da violência de nos submeter aos cargos de limpeza”.

Os grupos acima citados representam a indignação de uma parcela da população negra com o espaço de subalternidade destinado a ela. Expressam, também, a insatisfação da população com a exclusão social e com o sofrimento de toda a massa negra do Brasil no mundo do trabalho, e em especial pelas trabalhadoras domésticas. Compreendemos que a percepção do grupo é uma reflexão importante para entendermos esse processo de exclusão, sem ela esse trabalho ficaria com uma lacuna no que tange à percepção da população negra por ela mesma. A exclusão social e trabalhista faz parte de um mesmo processo, se desmembrando em várias facetas, que afetam as trabalhadoras domésticas.

TRABALHO E SUAS LÓGICAS ESCRAVISTAS

O processo de idealização do trabalho nas Américas foi estruturado a partir do capitalismo. Nele, incluía-se: “A escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário.” (QUIJANO, 2005, p. 228). A estruturação capitalista do trabalho inventa uma nova forma de explorar o trabalho humano, baseando-se somente na acumulação de renda. O trabalho doméstico, como uma forma de servidão/escravidão foi se transformando ao longo dos séculos, sem que as mudanças se configurassem em estruturais, o que percebemos é que mesmo nos dias atuais, os preconceitos de gênero, raça e classe ainda estão presentes na vida das trabalhadoras domésticas no Brasil.

Na produção deste trabalho, foram analisadas 10 entrevistas com trabalhadoras domésticas residentes do Distrito Federal, que moram ou moraram nas residências onde trabalham ou trabalharam. As entrevistas foram realizadas entre julho de 2011 e janeiro de 2012. Todas as trabalhadoras¹¹ são moradoras de cidades satélites, com idade entre 23 e 55 anos, autodeclara-



¹¹Todos os nomes das trabalhadoras entrevistadas neste trabalho são fictícios, para garantir a privacidade das mesmas.

das negras. A análise visa ressaltar aspectos que tratam da sua jornada de trabalho, espaço onde ficam alojadas no trabalho e violências sofridas, bem como sua relação racial e de gênero com o mundo do trabalho.

A trajetória de várias trabalhadoras domésticas no Brasil começa muito cedo. Desde crianças são obrigadas a trabalhar para se sustentar (mesmo sendo proibido o trabalho infantil no Brasil, sendo aceito apenas para pessoas com mais de 16 anos), como aponta Joaze Bernadino-Costa em sua tese de doutorado, *Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos* (BERNADINO-COSTA, 2007, p.44). Essas meninas continuam ingressando no trabalho doméstico sofrendo com diversos problemas nesses empregos, desde a exploração de seu trabalho, até assédios e abusos sexuais muito comuns, também, entre as mucamas na época da escravidão. Os relatos de uma trabalhadora mostra como esses abusos e explorações começam cedo na vida dessas meninas trabalhadoras domésticas.

“A primeira casa que eu fui trabalhar eu tinha nove anos... Passei nove meses trabalhando lá... O que mais chamou a

atenção foi nessa primeira casa que eu fui trabalhar que eu tinha quatorze anos e aí o dono da casa quis assim me... é... como é? Assédio né?... Quando ele tentava alguma coisa eu corria... Falei, pra outra moça que trabalhava comigo... : O esposo dela... Ela era uma senhora, não sei se ainda é viva. E ela saía e eu ficava sozinha, aí quando eu ia varrer a casa ele ficava me pegando, passando as mãos nos meus peitos. Eu não podia ficar só. Se eu estava na mesa tomando café com ele, ele botava o pé por baixo da mesa e ficava passando os pés nas minhas pernas. Aí eu também não fiquei muito tempo lá não, saí.” (Clarissa, 30 anos, parda, trabalhadora do Guará).

O trabalho doméstico no Brasil pode ser hereditário, sendo passada de mãe para filha, essa perspectiva mostra a falta de acesso a outros empregos. Essa parcela da população feminina vê no trabalho doméstico sua única fonte de renda. Desde muito novas as meninas saem de casa para exercer essa profissão. Em uma entrevista foi perguntado para uma empregada doméstica sobre a profissão da mãe e irmãs, e ela responde:

“..Minha mãe é doméstica, minhas

irmãs, somos quatro, uma é enfermeira e as outras domésticas também, como eu e minha mãe..” (Daniela, 26 anos, parta, Mora em samambaia).

Percebemos, nessa resposta os resquícios escravocratas no trabalho doméstico, principalmente quando exercido por trabalhadoras que moram na casa de seus patrões. Essas trabalhadoras sempre estão a postos para servir, sem o direito a descanso ou vida social. Muitas trabalhadoras já nascem no trabalho doméstico, como coloca uma entrevistada:

“ Trabalho há muito tempo. Só aqui já estou com dez, onze anos que vai fazer em março nesse trabalho, e eu já venho de outros, então acho que uns vinte e poucos anos, 23, por aí. Eu acho que já nasci trabalhando para os outros.” (Ludmila, 55 anos, Negra, Trabalha na Asa Sul).

Mesmo na vida adulta muitas ainda têm seus direitos como trabalhadoras cerceados, tendo uma jornada de trabalho exaustiva. esse quadro se agrava mais ainda quando essas trabalhadoras residem no local de trabalho, fazendo assim com que percebamos ainda vários resquícios da escravidão no trabalho doméstico, Quando



uma foi trabalhadora foi questionada também sobre sua jornada de trabalho, respondeu:

“Não tem horário, pior que é isso, é a única coisa ruim para gente que mora em casa de família, a gente não tem horário para começar e nem tem horário para trabalhar. Tem dia que 15 para as 10 eu estou fritando bife, da noite, e tem dia que 7h15 eu já dei o jantar.” (Rebeca, 41 anos, negra, trabalha na Asa Norte).

“Eu inicio 20 para 7, 6h30, não tem horário, é uma coisa que devia ser de 7 as 5. Não são oito horas trabalhistas? Então, e por que é que tem esse abuso? A gente mora na casa deles e tem que ficar até a hora que eles querem. Você está dormindo, a pessoa bate na porta do seu quarto para você fazer o bife, fazer o prato, esquentar a comida, come frio, que eu saio, se eu sair de noite come até fria a comida, porque não sabe ligar um fogão. O mais chato é isso.” (Rebeca, 41 anos, negra, trabalha na Asa Norte).

Quanto às horas extras e horários de almoço, vemos que por muitas vezes esses direitos são negligenciados. No relato de uma das trabalhadoras entrevistadas há

que seu horário de almoço é de no máximo 15 minutos, e só descansa aos domingos, trabalhando, às vezes, também nos feriados. A trabalhadora, apesar de fazer horas extras, não as recebe.

“Faz, só que não recebe. Quem é que paga? Onde está escrito para eles pegarem? Não recebo não. Porque se são oito horas e 15 para 10 tem dia que eu estou no pé do fogão fazendo bife, janta, quando vem gente jantar em casa.” (Regina, 44 anos, negra, trabalha na Asa Norte).

Veremos no próximo trecho de uma das entrevistadas, o quanto a trabalhadora se sente pouco confortável com o seu lugar na casa da patroa, onde ela também reside. Como suas acomodações são precárias, percebemos como esse espaço destinado às trabalhadoras se assemelha às antigas senzalas do tempo escravista do Brasil: um quarto pequeno, com condições ruins de ventilação e bem próximo da cozinha, para que o seu trânsito pela casa seja o mínimo possível.

“Durmo. Você está vendo o ‘muqui-fo’... Não, eu moro aqui, tudo aqui nesse quarto aqui que você está vendo, tudo é aqui, as bolsas ficam assim, guarda-roupa

empilhado, desse jeito que você está vendo... Não tem recurso, é outra coisa também que devia olhar as construtoras, fazer um quarto melhor para gente, maior, não sei... Tanto quarto grande lá para dentro e o nosso sempre pequenininho... Eu acho pequeno o espaço. Para você vê, só tem três... Uma parte tem três cerâmicas que eu posso andar e na outra parte só tem uma cerâmica e meia, você está vendo... Então, é para sobreviver num ambiente desse e acostumar, acostumei dormir aqui, morar aqui, mas eu sinto pequeno. Parece que tem hora que não tem nem ar dentro do quarto de tão quente que fica... tem hora que o canil do cachorro é maior que o quarto da secretaria. Porque eu conheço funcionária que mora no Lago, que eu tenho acesso, que eu fico assim: gente, para que tanto chão e o quarto da gente ser tão pequeno?... Aí você olha para o lado do canil do cachorro é maior do que o quarto do jardineiro, do motorista porquê?” (Rebeca, 41 anos, negra, trabalha na Asa Norte).

Mais uma vez contatamos no relato da trabalhadora um processo de escravidão moderna a que essas trabalhadoras estão submetidas. Outra trabalhadora relata



que, às vezes, existe uma demanda muito grande de trabalho na cozinha quando tem visitas em casa, colocando que, às vezes a demanda de trabalho é sobre-humana:

“Tem dia que me sobrecarrega, tem dia que vem almoçar oito pessoas, doze aqui ou jantar, aí é muita coisa, é muito prato, e sobremesa de cá, e sai para comprar alguma coisa. Tem dia que você está super cansada. Quando é uma coisa programada que amanhã, sexta-feira, hoje é quinta e combina hoje, aí hoje você já sai, já compra, monta o cardápio direitinho com ela, compra as coisas, então você não fica tão atarefada no outro dia, adianta a sobremesa de amanhã para hoje. Agora fazer tudo num dia, fazer almoço ou jantar para doze, quinze pessoas. É muita gente. Aqui não é restaurante.”(Maria, 37 anos, negra, trabalha no Lago Sul).

Muitas trabalhadoras fazem trabalhos de 2 ou 3 pessoas, tendo uma sobrecarga de trabalho. Assim, várias trabalhadoras desenvolvem doenças nas pernas e na coluna. Nesse sentido, muitas delas falam da sua trajetória de forma muito sofrida, como duas trabalhadoras relatam a seguir:

“Eu chego 9h da manhã, aí dou café

para os meninos, se der tempo a gente desce na rua, no parquinho, se não der a gente fica em casa mesmo, tipo assim, o dia que eu faço comida não dá para sair, mas o dia que não faço comida dá para gente dar uma saidinha na rua, pegar um solzinho, volto, dou banho nos meninos, almoçam, os arrumo e levo para o colégio. Aí de tarde arrumo a casa, botar tudo em ordem, e a hora passa rápido, correndo, que não dá tempo, quando eu vejo é 5h30, hora de buscar os meninos. Mas nesse intervalo que eles estão na escola, eu lavo, passo, cozinho, passo roupa, dou uma faxina em algum lugar. E aí a hora passou voada e acabou.” (Erica, parda, 23 anos, trabalha na Asa Norte).

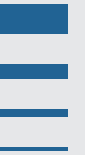
“Eu sinto dor na coluna. Eu estou até querendo fazer uma cirurgia... A gente sente cansaço de tarde. Quando eu passo muito roupa, à noite não tenho nem jeito de dormir. Deito para um lado, deito para outro, eu tenho problema de insônia também, aí junta à cansaço com a insônia, no outro dia você está toda quebrada... Sinto dor nas pernas também.” (Rebeca, 41 anos, negra, trabalha na Asa Norte).

Também existem as s agressões físi-

cas/psicológicas que ainda são um problema para a classe de trabalhadoras domésticas. Seus patrões, muitas vezes, se portam como seus senhores, assim como faziam com seus escravos. A dimensão dessas agressões se aprofunda ainda mais quando se dá entre patrão e empregada, se fazendo notória a relação de opressão de gênero também nessas relações.

“Ah, teve outro emprego que eu trabalhei lá, em 2002; aí, eu gostava muito de lá, a mulher gostava muito de mim, eu cuidei da... eu lembrei que eu cuidei de um bebê lá, e a gente se dava muito bem, eu com o bebê. Só que tinha um patrão que era muito antipático, ele queria me bater. Quando eu ia fazer faxina lá na sorveteria dele, ele se irritava comigo e brigava comigo, dizia que ia bater até na minha cara.” (Regiane, 32 anos, parda, mora em São Sebastião).

Como vemos acima, citado pela entrevistada, o medo e a coação ainda é coisa que acontece em casa com as mulheres, sendo elas patroas ou empregadas. Sendo o espaço doméstico pertencente à mulher, seus patrões e maridos são seus donos e senhores. Vemos, nos dias de hoje, essa lógica machista ainda vigorando no mundo,



bem como toda forma de discriminação com a modalidade de trabalho doméstico. Observamos isso na fala da entrevistada:

“Aqui nesse prédio teve uma moradora que já passou por aqui. Um dia eu dei bom dia para ela e ela não respondeu. E quando foi à noite, no mesmo dia, parece que, sabe quando o dia não é para ser aquele, que você não era nem para ter levantado da cama. Eu chamei o elevador e ela estava na garagem e ela deu boa noite e eu não quis responder também. E ela foi e falou assim: eu estou te dando boa noite por que é que você não responde? Eu falei: de manhã eu te dei bom dia e você não respondeu. Por que é que eu tenho que te dar boa noite? Aí ela ameaçou que ia falar para a senhora que eu moro. Mas morreu o assunto, eu não falei com a pessoa que eu moro, só comentei com o esposo dela, e ele foi e comentou para mim que ela não estava boa e tal, e mudou daqui, então foi embora. Então, eu achei uma falta de respeito. Então, no dia fiquei muito triste com ela. Mas passou.” (Deise, 29 anos, negra, trabalha em Águas Claras).

A desvalorização do trabalho doméstico se torna cada vez mais perceptível para

as trabalhadoras. Percebemos que o mito da democracia racial fortalece a ideia de que todos têm o mesmo direito e acesso, sendo as trabalhadoras domésticas entendidas como pessoas que simplesmente não querem um emprego melhor, percebemos isso na fala desta trabalhadora:

“Por que você não estuda, por que você não cresce? Uma vez doméstica, sempre doméstica. Doméstica não presta, não tem valor. Você vai ser toda vida lavadeira de prato. E aí deixa a gente muito triste. Mas fazer o quê? Eu não estudei. E eu dou graças a Deus por ter um emprego fichado e ainda na Carteira.” (Fernanda, 33 anos, Parda, trabalha no Lago Norte).

Percebemos que no decorrer dos séculos, mesmo com a “democracia racial”, a situação das trabalhadoras domésticas não se diferencia muito do das escravas (chamadas de mucamas). Ainda, percebemos que o mito do bom senhor se faz presente, mas sem uma mudança significativa na vida das trabalhadoras. Percebemos que esses mitos contribuem para que o trabalho doméstico, ainda nos dias de hoje, seja entendido como um trabalho a ser exercido de forma servil e tutelada. Nem a toda a

aproximação de senhores e escravos, trabalhadores e patrões transformou essa realidade, como afirma Joaze Bernadino-Costa:

O mito da democracia racial está diretamente relacionado com o mito do bom senhor (ou boa senhora), sobretudo quando se fala do nosso passado escravagista. De acordo com este mito, em função da intimidade, respeito e consideração existente entre senhores e escravos, não se desenvolveu um clima de hostilidade racial entre nós como em outras paragens. (BERNADINO-COSTA, 2007, p. 50).

A mudança de paradigmas para as trabalhadoras domésticas não virá apenas da mudança da legislação, mas, também de uma mudança estrutural nos parâmetros desta sociedade que é fundada no racismo, machismo e preconceito de classe. A relação das trabalhadoras e empregadores faz parte da própria construção social que temos no país, aonde uma categoria de pessoas detém o poder e outra não. Somente com uma nova estrutura sistêmica teremos reais avanços para as trabalhadoras domésticas.

CONCLUSÃO

Constatamos neste trabalho que a partir da dinâmica entre raça, gênero e classe estabelecida pela sociedade moderna e pelo capitalismo, o trabalho doméstico se configura em uma das profissões mais subalternizadas na contemporaneidade. Essa ocupação carrega diversos resquícios do período escravista, tornando problemático o desenvolvimento da profissão na forma legalista, moral e ética.

Consideramos a mulher negra como o sujeito com mais malefícios no contexto do trabalho doméstico, visto que ela carrega todos os signos dos preconceitos que balizam a exploração da classe trabalhadora. Compreendemos, a partir de todo o trabalho realizado aqui, que o trabalho doméstico só terá uma constituição mais justa para as trabalhadoras domésticas a partir de uma mudança estrutural de pensamento da sociedade brasileira.

RERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. Tese de Doutorado, Sociologia, Universidade de Brasília, 2007.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Ciências Sociais Hoje 2, ANPOCS, Brasília, 1983, p. 223-244.

KOFES, Suely. *Mulher/Mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas, Editora Unicamp, 2001.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América latina. *Em libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lanber (org). Colección CLACSO, ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005, p. 227-278.

SANTOS-STUBBE, Chirly. Cultura, cor e sociedade: A questão da etnicidade entre as empregadas domésticas. In: *Revista Estudos Afro-Asiáticos*. 33, cidade, 1997, 20 páginas.

SOUZA, Leda Maria Teles de. *Dependência de Empregada: O espaço da Exclusão*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de estudos feministas*, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188,

LIMA, Márcia. RIOS, Flavia. FRANÇA, Danilo. Articulação Gênero e Raça: A participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). *Dossiê mulheres negras: Retrato das condições de vida das mulheres negra no Brasil*. IPEA, 2013.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora USP; Anhembi, 1964. v. 1-2.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

TELLA, Marco Aurelio Paz. Rap, memória e identidade. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (Org.). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999.